



Demonstrações Financeiras Intermediárias

Austral Seguradora S.A.

30 de junho de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Austral Seguradora S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2017

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	3
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

A Austral Seguradora S.A. (doravante “Austral” ou “Seguradora”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos, atuando nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de petróleo e riscos marítimos.

Dentre os destaques deste semestre, ressaltamos o crescimento no volume de prêmios de seguro garantia que atingiu R\$ 97,4 milhões no período, um aumento de 147,1% vis-à-vis o mesmo período de 2016. Após três anos de operação, a Seguradora se mantém como o segundo maior *player* no segmento de riscos de petróleo.

Os prêmios emitidos cresceram de R\$ 105,4 milhões no primeiro semestre de 2016 para R\$ 160,8 milhões no mesmo período de 2017, demonstrando o sucesso das estratégias traçadas pela Austral para este semestre.

Destacamos que o índice combinado da companhia se mostra muito confortável (46,9% sem considerar as operações de DPVAT) devido à nossa política de retenção de riscos e o aumento de nosso prêmio ganho retido.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma relação estável em relação aos prêmios. Assim, o índice de despesas administrativas sobre prêmio emitido passou de 7,7% no primeiro semestre de 2016 para 5,6% no mesmo período de 2017. O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho no período, tendo atingido R\$ 9,8 milhões mesmo com a política conservadora de investimentos definida pelos acionistas.

A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira da Companhia de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores, mantendo seus títulos nas categorias “títulos para negociação” e “disponível para venda”, conforme explicitado nas demonstrações financeiras. A companhia não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido de R\$ 11 milhões no primeiro semestre de 2017, que representa um aumento de 41% em relação ao mesmo período de 2016.

Ao final do 1º semestre, o patrimônio líquido apurado foi de R\$ 119 milhões e o ativo total da Seguradora atingiu o montante de R\$ 796,2 milhões.

Relatório da Administração--Continuação

A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Por fim, a Austral Seguradora, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017.

Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Balanço patrimonial
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante	558.531	478.306
Disponível	24.717	23.096
Caixa e bancos	24.717	23.096
Aplicações (Nota 6)	249.266	215.237
Títulos de renda fixa - públicos	148.403	123.978
Quotas de fundos de investimentos	25.212	25.230
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	75.651	66.029
Créditos das operações com seguros e resseguros	104.827	90.169
Prêmios a receber (Nota 8)	92.485	83.363
Operações com seguradoras	8.299	3.242
Operações com resseguradoras	4.043	3.564
Outros créditos operacionais	2.118	2.264
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	154.478	124.179
Prêmio de resseguro diferido	97.354	105.368
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Nota 16)	12.644	10.793
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	44.458	8.018
Provisão de despesas relacionadas	22	-
Títulos e créditos a receber	2.263	5.180
Créditos a receber	-	2.255
Créditos tributários (Nota 10)	2.012	2.841
Outros créditos	251	84
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	20.862	18.181
Comissões diferidas - seguro	18.213	15.751
Comissões diferidas - cosseguro	2.637	2.251
Outros custos aquisição diferidas	12	179
Ativo não circulante	237.628	189.711
Realizável a longo prazo	231.667	183.880
Aplicações (Nota 6)	38.095	12.334
Títulos de renda fixa - públicos	38.095	12.334
Créditos das operações com seguros e resseguros	51.143	49.210
Prêmios a receber (Nota 8)	50.962	48.568
Operações com seguradoras	181	642
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	115.619	98.321
Prêmio de resseguro diferido	97.236	90.156
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	17.294	7.161
Provisão de despesas relacionadas	1.089	1.004
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	26.810	24.015
Comissões diferidas - seguro	23.572	20.030
Comissões diferidas - cosseguro	3.238	3.985
Imobilizado (Nota 12)	3.289	3.383
Bens móveis	1.209	1.219
Outras imobilizações	2.080	2.164
Intangível (Nota 13)	2.672	2.448
Outros intangíveis	2.672	2.448
Total do ativo	796.159	668.017

Balanço patrimonial
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	30/06/2017	31/12/2016
Passivo		
Circulante	405.991	334.362
Contas a pagar	8.735	8.065
Obrigações a pagar	4.780	5.326
Impostos e encargos sociais a recolher	1.721	1.553
Encargos trabalhistas	940	799
Impostos e contribuições	1.294	387
Débitos de operações com seguros e resseguros	108.455	87.831
Prêmios a restituir	424	486
Operações com seguradoras	3.896	4.133
Operações com resseguradoras (Nota 14)	91.096	73.535
Corretores de seguros e resseguros	12.702	9.388
Outros débitos operacionais	337	289
Depósitos de terceiros	1.369	768
Depósitos de terceiros	1.369	768
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	287.432	237.698
Provisão de prêmios não ganhos	163.311	161.387
Provisão de sinistros a liquidar	47.080	10.824
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	76.419	64.981
Provisão de despesas relacionadas	23	-
Outras provisões	599	506
Passivo não circulante	271.137	221.455
Contas a pagar	1.521	1.059
Tributos diferidos	1.521	1.059
Débito das operações com seguros e resseguros	38.542	32.328
Operações com seguradoras	722	2.993
Operações com resseguradoras (Nota 14)	32.167	24.284
Corretores de seguros e resseguros	5.653	5.051
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	231.064	188.058
Provisão de prêmios não ganhos	188.071	167.454
Provisão de sinistro a liquidar	41.752	19.449
Provisão de despesas relacionadas	1.241	1.155
Outros débitos	10	10
Processos administrativos	10	10
Patrimônio líquido (Nota 17)	119.031	112.200
Capital social	63.837	44.360
Aumento capital social em aprovação	-	19.477
Reserva de capital (Nota 21)	1.879	1.754
Reserva de lucros	46.628	46.628
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(398)	(19)
Lucro acumulado	7.085	-
Total do passivo e patrimônio líquido	796.159	668.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Prêmios emitidos (Nota 20)	160.765	105.405
Variações das provisões técnicas de prêmios	(21.145)	6.094
Prêmios ganhos (Nota 20 e Nota 22)	139.620	111.499
Receita com emissão de apólices DPVAT	1.475	1.403
Sinistros ocorridos (Nota 22b)	(82.779)	(26.810)
Custos de aquisição (Nota 22c)	(11.108)	(8.580)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22e)	(1.895)	(1.811)
Resultado com resseguro (Nota 22d)	(24.837)	(58.409)
Despesas administrativas (Nota 22f)	(8.924)	(8.078)
Despesas com tributos (Nota 22g)	(2.044)	(2.903)
Resultado financeiro (Nota 22h)	9.812	6.897
(=) Resultado operacional	19.320	13.208
Ganho ou perda com ativos não correntes	(435)	1
(=) Resultado antes dos impostos e participações	18.885	13.209
Imposto de renda (Nota 18)	(3.192)	(2.238)
Contribuição social (Nota 18)	(2.620)	(1.804)
Participações sobre o lucro	(2.024)	(1.352)
(=) Lucro líquido do semestre	11.049	7.815
Quantidade de ações	53.941.999	44.104.964
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,20	0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Lucro líquido do semestre	11.049	7.815
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do semestre em períodos subsequentes		
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(689)	1.030
Efeito do imposto de renda e contribuição social	310	(463)
Outros resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos	(379)	567
Total de outros resultados abrangentes do semestre, líquidos dos impostos	10.670	8.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.548	2.812	1.311	2.074	30.502	(632)	-	77.615
Aprovação do aumento capital social (Nota 17a)	2.812	(2.812)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	7.815	7.815
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	567	-	567
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	158	-	-	-	-	158
Juros sobre capital próprio (Nota19)	-	-	-	-	-	-	(2.868)	(2.868)
Saldos em 30 de junho de 2016	44.360	-	1.469	2.074	30.502	(65)	4.947	83.287
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.360	19.477	1.754	3.071	43.557	(19)	-	112.200
Aprovação do aumento capital social (Nota 17a)	19.477	(19.477)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	11.049	11.049
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(379)	-	(379)
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	125	-	-	-	-	125
Juros sobre capital próprio (Nota19)	-	-	-	-	-	-	(3.964)	(3.964)
Saldos em 30 de junho de 2017	63.837	-	1.879	3.071	43.557	(398)	7.085	119.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	11.049	7.815
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	389	626
Incentivo baseado em ações	125	158
Reversão perda de valor recuperável	-	(4)
	11.563	8.595
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(60.169)	(18.838)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(16.445)	51.181
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(47.597)	80.855
Ativos fiscais diferidos	462	(1.617)
Títulos e créditos a receber	2.917	1.489
Depósito de terceiros	601	193
Custos de aquisição diferidos	(5.476)	(1.386)
Outros bens a venda	-	(47)
Impostos e contribuições	2.968	6.814
Débitos de operações com seguros e resseguros	26.838	(47.240)
Obrigações a pagar	(3.774)	(2.199)
Provisões técnicas de seguros e resseguros	92.740	(63.774)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.488)	(5.975)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.140	8.051
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixa de imobilizado	140	(510)
Aquisição de intangível	(659)	(520)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(519)	(1.030)
Aumento (redução) líquido (a) no caixa e equivalentes de caixa	1.621	7.021
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	23.096	17.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	24.717	24.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 06 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante o aumento de capital social da Austral Participações S.A.

A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Seguradora S.A. foi ratificada pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

b) Declaração de conformidade--Continuação

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores, dispõem sobre as normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508 emitida em 09 de janeiro de 2015.

As alterações das normas contábeis introduzidas por esta Circular não impactaram as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pela Administração da Seguradora em 25 de agosto de 2017.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota nº 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

I) *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) *Títulos disponíveis para venda*

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) *Recebíveis*

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Seguradora classifica formalmente e documenta a relação a qual a Seguradora deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Seguradora irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

A Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, nem efetuou transações com instrumentos derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmios ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro--Continuação

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento do prêmio de resseguro cedido é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

e) Passivos de seguro

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de seguro, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de resseguro, verificação da adequação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Passivos de seguro--Continuação

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações.

Para cada provisão técnica especificada a seguir foi desenvolvida pelo atuário responsável técnico uma nota técnica atuarial com a descrição da metodologia de cálculo adotada.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Conforme a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, essa provisão é constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos no normativo.

A parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes a esses riscos vigentes na data base de cálculo, mas não emitidos pela Seguradora.

A metodologia de cálculo adotada pela Companhia tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da Seguradora. Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

Esse critério de cálculo permite uma adequação rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de Despesa Administrativa do DPVAT

Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Passivos de seguro--Continuação

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimentos advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido obedecendo critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações.

Enquanto a Seguradora não apresentar uma massa de dados significativa, que permita o cálculo estatístico desta provisão através de uma metodologia própria prevista em nota técnica atuarial serão adotados os percentuais padrões de cálculo estabelecidos no normativo.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

Ramos	30 de junho de 2017	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
0141 Lucros cessantes	427	14
0167 Riscos de engenharia	824	27
0171 Riscos diversos	397	13
0196 Riscos nomeados operacionais	366	12
0234 Riscos de petróleo	427	14
0351 Responsabilidade civil geral	793	26
0746 Fiança locatícia	458	15
0775 Garantia segurado - setor público	1.281	42
0776 Garantia segurado - setor privado	946	31
1433 Cascos marítimos	366	12

Ramos	30 de junho de 2016	
	Prazo médio de vigência	
	Em dias	Em meses
0141 Lucros cessantes	397	13
0167 Riscos de engenharia	793	26
0171 Riscos diversos	366	12
0196 Riscos nomeados operacionais	366	12
0234 Riscos de petróleo	458	15
0351 Responsabilidade civil geral	793	26
0746 Fiança locatícia	427	14
0775 Garantia segurado - setor público	1.281	42
0776 Garantia segurado - setor privado	946	31
1433 Cascos marítimos	366	12

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os semestres, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

i) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

i) Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

j) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

l) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos tributários correntes do semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

m) Teste de adequação de passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações.

O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo - TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A Seguradora elaborou uma metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida no teste. De acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro.

A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP.

Os testes de adequação de passivo nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída, deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC nº 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

p) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do semestre.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do semestre em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR e provisão de despesas relacionadas - PDR.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2017 e 2016, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

e) Provisões para contingências--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 30 de junho de 2017 a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de PSL judicial.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Seguradora subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

a) Gestão de risco de seguro--Continuação

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30 de junho de 2017

Ramo / Região geográfica	Centro					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Dpvat	1.336	2.814	796	8.449	3.354	16.749
Garantia	10.693	4.030	2.025	78.003	2.186	96.937
Fiança locatícia	-	5	-	432	-	437
Risco de engenharia	1	5	-	2.263	4	2.273
Responsabilidade civil	-	-	-	264	-	264
Risco de petróleo	-	-	-	27.056	-	27.056
Riscos diversos	-	-	-	(50)	-	(50)
Lucros cessantes	-	79	-	2.677	798	3.554
Riscos nomeados operacionais	1.104	84	-	5.156	2.250	8.594
Marítimos - cascos	-	53	9	4.573	316	4.951
Total	13.134	7.070	2.830	128.823	8.908	160.765

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30 de junho de 2016

Ramo / Região geográfica	Centro					Total
	Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Dpvat	2.093	3.909	1.054	11.787	4.796	23.639
Garantia	106	5.892	3.208	28.614	1.168	38.988
Fiança locatícia	-	-	-	420	-	420
Risco de engenharia	27	53	2	5.413	12	5.507
Responsabilidade civil	1	1	-	210	1	213
Risco de petróleo	-	-	-	22.493	-	22.493
Riscos diversos	-	-	-	1.098	-	1.098
Lucros cessantes	-	-	-	3.932	1.361	5.293
Riscos nomeados operacionais	1.168	-	-	5.280	2.181	8.629
Marítimos - cascos	-	-	-	(876)	-	(876)
Total	3.395	9.855	4.264	78.371	9.519	105.404

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

a) Gestão de risco de seguro--Continuação

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30 de junho de 2017

<u>Ramo / Região geográfica</u>	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
Dpvat	1.336	2.814	796	8.449	3.354	16.749
Garantia	5.718	2.408	1.171	40.611	1.107	51.015
Fiança locatícia	-	3	-	174	1	178
Risco de engenharia	-	3	-	437	2	442
Responsabilidade civil	-	-	-	89	-	89
Risco de petróleo	-	-	-	2.458	-	2.458
Riscos diversos	-	-	-	(35)	-	(35)
Lucros cessantes	-	4	-	246	33	283
Riscos nomeados operacionais	238	4	-	568	90	900
Marítimos - cascos	-	19	6	788	105	918
Total	7.292	5.255	1.973	53.785	4.692	72.997

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30 de junho de 2016

<u>Ramo / Região geográfica</u>	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
Dpvat	2.093	3.909	1.054	11.787	4.796	23.639
Garantia	63	3.637	2.005	15.661	676	22.042
Fiança locatícia	-	-	-	283	-	283
Risco de engenharia	15	26	1	1.712	6	1.760
Responsabilidade civil	2	-	-	112	-	114
Risco de petróleo	-	-	-	1.007	-	1.007
Riscos diversos	-	-	-	888	-	888
Lucros cessantes	-	-	-	552	54	606
Riscos nomeados operacionais	255	-	-	815	88	1.158
Marítimos - cascos	-	-	-	258	-	258
Total	2.428	7.572	3.060	33.075	5.620	51.755

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Seguradora em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) Gestão de riscos financeiros--Continuação

Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Seguradora possui um Comitê de Investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes.

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (A-).

Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$8.668 em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente a empresa possui 68% (64% em 31 de dezembro de 2016) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, LTN e NTN-B, títulos esses que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 24% (26% em 31 de dezembro de 2016) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 6% (5% em 31 de dezembro de 2016) dos ativos financeiros por outros fundos de investimento com prazo de resgate até 120 dias.

Vale ressaltar que a Austral faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Ativos e passivos	30 de junho de 2017			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	24.717	-	-	24.717
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	236.342	12.924	-	249.266
Ativos financeiros disponíveis para venda	38.095	-	-	38.095
Crédito das operações de seguros e resseguros	104.827	16.795	34.348	155.970
Outros créditos operacionais	2.118	-	-	2.118
Títulos e créditos a receber	2.263	-	-	2.263
Total de ativos	408.362	29.719	34.348	472.429
Contas a pagar	8.735	1.521	-	10.256
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	132.954	60.423	55.022	248.399
Débito das operações de seguros e resseguros	108.455	14.792	23.750	146.997
Depósitos de terceiros	1.369	-	-	1.369
Total de passivos	251.513	76.736	78.772	407.021

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2016			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	23.096	-	-	23.096
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	203.180	12.057	-	215.237
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.334	-	-	12.334
Crédito das operações de seguros e resseguros	92.432	21.696	27.514	141.642
Títulos e créditos a receber	5.180	-	-	5.180
Total de ativos	336.222	33.753	27.514	397.489
Contas a pagar	8.065	1.059	-	9.124
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	113.519	61.200	28.537	203.256
Débito das operações de seguros e resseguros	87.831	15.014	17.314	120.159
Depósitos de terceiros	768	-	-	768
Total de passivos	210.183	77.273	45.851	333.307

f) Testes de sensibilidade

A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk* - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,11% do patrimônio da carteira ou 0,22% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+300bps (*)	(10.480)	Inflação	-300bps (*)	10.480
Câmbio	+10%	2.480	Câmbio	-10%	(2.480)
Total		(8.000)	Total		8.000

(*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 30 de junho de 2017.

Sinistralidade

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravo nos valores das indenizações avisadas dos últimos 12 meses por ramo de atuação da Seguradora. Essa sinistralidade teste foi limitada a uma sinistralidade mínima de 10% sobre o prêmio ganho apurado por ramo dos últimos 12 meses. Os valores utilizados são líquidos das operações de cosseguro cedido e bruto das operações de cosseguro aceito. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros e, conseqüentemente, possíveis alterações de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR.

A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados brutos e líquidos de resseguros, considerando as sinistralidades abaixo informadas por ramo de atuação da Seguradora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade--Continuação

Ramos	30 de junho de 2017				
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR, líquido de resseguro
Lucros cessantes	10,00%	461	29	14	1
Riscos de engenharia	13,26%	118	55	0	0
Riscos diversos	45,32%	64	43	5	4
Riscos nomeados operacionais	10,00%	866	2	0	0
Riscos de petróleo	11,45%	1.094	18	0	0
Responsabilidade civil geral	10,00%	24	6	0	0
Fiança locatícia	83,70%	43	19	4	2
Garantia segurado - setor público	10,00%	8.052	2.013	0	0
Garantia segurado - setor privado	191,96%	3.493	518	251	37
Cascos Marítimos	35,86%	204	12	-	-
Total		14.419	2.715	274	44

Ramos	30 de junho de 2016				
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR, líquido de resseguro
Lucros cessantes	10,00%	233	26	-	-
Riscos de engenharia	109,46%	888	103	142	16
Riscos diversos	89,64%	114	80	10	7
Riscos nomeados operacionais	10,00%	417	54	-	-
Riscos de petróleo	138,87%	10.404	414	655	26
Responsabilidade civil geral	36,66%	10	3	-	-
Fiança locatícia	10,00%	68	45	-	-
Garantia segurado - setor público	10,00%	5.948	3.022	-	-
Garantia segurado - setor privado	53,50%	1.037	189	75	14
Cascos Marítimos	23,14%	45	36	-	-
Total		19.164	3.972	882	63

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 30 de junho de 2017 é uma redução do resultado e do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$1.544 (R\$2.224 em 30 de junho de 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30 de junho de 2017									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual Contábil das Aplicações	Percentual de curva das Aplicações
I. Títulos para negociação									
Quotas de fundo de investimento financeiro – DPVAT	-	75.651	-	-	-	75.651	75.651	26%	26%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	61.336	83.292	-	144.628	144.629	50%	50%
Letras do tesouro nacional - LTN	PRE	-	-	3.775	-	3.775	3.677	2%	2%
Quotas de fundos de investimentos	-	25.212	-	-	-	25.212	25.212	9%	9%
II. Títulos disponíveis para venda									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	-	38.095	38.095	38.853	13%	13%
Total		100.863	61.336	87.067	38.095	287.361	288.021	100%	100%
31 de dezembro de 2016									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual Contábil das Aplicações	Percentual de curva das Aplicações
I. Títulos para negociação									
Quotas de fundo de investimento financeiro – DPVAT	-	66.029	-	-	-	66.029	66.029	29%	29%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	24.794	80.017	-	104.811	104.828	46%	46%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	-	19.167	19.167	18.693	8%	8%
Quotas de fundos de investimentos	-	25.230	-	-	-	25.230	25.230	11%	11%
II. Títulos disponíveis para venda									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	2.117	10.217	12.334	12.403	5%	5%
Total		91.259	24.794	82.134	29.384	227.571	227.183	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados que a Seguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	30 de junho de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos para negociação						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	19.154	19.154	-	25.230	25.230
Quotas de fundos imobiliários	-	6.058	6.058	-	-	-
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	75.651	75.651	-	66.029	66.029
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	144.628	-	144.628	104.811	-	104.811
Letras do tesouro nacional - LTN	3.775	-	3.775	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	19.167	-	19.167
II. Títulos disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	38.095	-	38.095	12.334	-	12.334
Total	186.498	100.863	287.361	136.312	91.259	227.571

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	150.034	16.279	166.313
(+) Aplicações	111.739	24.642	136.381
(-) Resgates	(87.724)	(13.948)	(101.672)
(+/-) Transferência de classificação	19.168	(19.168)	-
(+) Rendimentos	18.678	2.941	21.619
(+/-) Ajuste ao valor justo	3.342	1.588	4.930
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	215.237	12.334	227.571
(+) Aplicações	76.689	32.443	109.132
(-) Resgates	(54.646)	(7.047)	(61.693)
(+) Rendimentos	11.873	1.054	12.927
(+/-) Ajuste ao valor justo	113	(689)	(576)
Saldo final em 30 de junho de 2017	249.266	38.095	287.361

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas--Continuação

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	351.382	328.841
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	88.832	30.273
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	76.419	64.981
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.264	1.155
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	599	506
Total das provisões técnicas	518.496	425.756
Direitos creditórios	(126.493)	(112.337)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(31.723)	(30.438)
Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG	(93.650)	(114.619)
Recuperação de sinistros a liquidar - PSL	(61.752)	(15.179)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(12.644)	(10.793)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(1.111)	(1.004)
Provisão do consórcio DPVAT	(75.606)	(66.014)
Total das exclusões	(402.979)	(350.384)
Total das provisões técnicas para cobertura	115.517	75.372
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	85.978	60.848
Notas do tesouro nacional - NTN-B	38.094	28.230
Letras do tesouro nacional - LTN	3.774	-
Quotas de fundos de investimentos	22.530	15.367
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	150.376	104.445
Suficiência	34.859	29.073

8. Crédito das operações com seguros

	30/06/2017	31/12/2016
Prêmios a receber - circulante	92.485	83.363
Prêmios a receber - não circulante	50.962	48.568
Total circulante e não circulante	143.447	131.931
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	19.600	11.912
De 31 a 60 dias	10.311	20.180
De 61 a 120 dias	8.099	25.646
De 121 a 180 dias	3.858	2.075
De 181 a 360 dias	28.965	9.465
Superior a 360 dias	50.962	48.568
Total de prêmios a vencer	121.795	117.846

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com seguros--Continuação

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	884	2.686
De 31 a 60 dias	411	-
De 61 a 120 dias (*)	220	1
De 121 a 180 dias	3	9
Total de prêmios vencidos	1.518	2.696
Riscos vigentes não emitidos - RVNE	20.134	11.389
Total de prêmios a receber	143.447	131.931
Movimentação dos prêmios a receber:		
Saldo inicial	131.931	142.845
(+) Prêmios emitidos	138.676	305.846
(+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	8.745	(17.254)
(+) Imposto sobre operações financeiras - IOF	2.334	11.176
(+/-) Adicional de fracionamento	184	359
(-) Recebimentos	(138.423)	(311.045)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	-	4
Saldo final	143.447	131.931

Cabe destacar que o valor de prêmios vencidos acima de 61 dias não foi contabilizado como redução ao valor recuperável, uma vez que a sua maior parte foi recebida em julho de 2017 e a Companhia não considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, foi observado que a Seguradora tem operado com uma média de parcelamento de 03 vezes.

9. Ativos de resseguros - provisões técnicas

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	12.644	10.793
Recuperação de despesa de sinistro	4.206	1.004
Recuperação de indenização de sinistro	58.657	15.179
Prêmio de resseguro diferido	194.590	195.524
Total circulante	154.478	124.179
Total não circulante	115.619	98.321

10. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2017, o valor de R\$2.012 (R\$2.841 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a: (i) R\$1.752 (R\$970 em 31 de dezembro de 2016) referente a créditos tributários de programa de integração social PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS calculados sobre o saldo da provisão de sinistro a liquidar - PSL e sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR; (ii) R\$101 (R\$1.156 em 31 de dezembro de 2016) referente a créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, e (iii) R\$159 (R\$715 em 31 de dezembro de 2016) referente a créditos tributários de programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS, pago a maior.

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Sinistros ocorridos mas não Avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

11. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2016	Constituição	Amortização	30/06/2017
Garantia	15.144	2.868	(96)	17.916
Fiança locatícia	61	51	(10)	102
Responsabilidade civil	40	22	-	62
Riscos de engenharia	1.039	269	-	1.308
Riscos de petróleo	987	80	(433)	634
Riscos diversos	179	-	(166)	13
Riscos nomeados e operacionais	68	281	(46)	303
Lucros cessantes	49	32	(32)	49
Marítimos – cascos	614	158	(297)	475
Total circulante	18.181	3.761	(1.080)	20.862
Garantia	22.188	4.366	(795)	25.759
Fiança locatícia	28	(4)	(2)	22
Responsabilidade civil	63	-	(34)	29
Riscos de engenharia	1.637	-	(657)	980
Riscos de petróleo	99	-	(93)	6
Lucros cessantes	-	18	(4)	14
Total não circulante	24.015	4.380	(1.585)	26.810
Total circulante e não circulante	42.196	8.141	(2.665)	47.672

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

	31/12/2015	Constituição	Amortização	31/12/2016
Garantia	13.031	2.824	(712)	15.143
Fiança locatícia	54	89	(81)	62
Responsabilidade civil	42	14	(16)	40
Riscos de engenharia	893	482	(336)	1.039
Riscos de petróleo	377	1.003	(393)	987
Riscos diversos	372	16	(209)	179
Riscos nomeados e operacionais	94	323	(349)	68
Lucros cessantes	4	174	(129)	49
Marítimos - cascos	548	502	(436)	614
Total circulante	15.415	5.380	(2.614)	18.181
Garantia	20.450	3.904	(2.166)	22.216
Fiança locatícia	18	24	(14)	28
Responsabilidade civil	29	57	(23)	63
Riscos de engenharia	901	1.264	(528)	1.637
Riscos de petróleo	33	303	(237)	99
Total não circulante	21.431	5.545	(2.961)	24.015
Total circulante e não circulante	36.846	10.925	(5.575)	42.196

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixa	Depreciação	30/06/2017
Equipamentos	20%	433	71	(10)	(51)	443
Instalações	10%	2.164	489	(720)	147	2.080
Móveis, máquinas e utensílios	10%	782	35	(5)	(50)	762
Outras imobilizações	10%	4	-	-	-	4
Total		3.383	595	(735)	46	3.289

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

	Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2016
Equipamentos	20%	533	15	-	(115)	433
Instalações	10%	2.118	313	-	(267)	2.164
Móveis, máquinas e utensílios	10%	694	185	-	(97)	782
Outras imobilizações	10%	4	-	-	-	4
Total		3.349	513	-	(479)	3.383

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Amortização	30/06/2017
Direito de uso software	20%	2.448	659	(435)	2.672
Total		2.448	659	(435)	2.672

	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Aquisições	Amortização	31/12/2016
Direito de uso software	20%	2.190	1.065	(870)	2.448
Total		2.190	1.065	(870)	2.448

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

14. Débito das operações com seguro e resseguro - Operações com resseguradoras

	30/06/2017	31/12/2016
Prêmios de resseguro cedido	129.513	100.976
Comissão	(38.915)	(27.993)
Outros	498	552
Total circulante	91.096	73.535
Prêmios de resseguro cedido	49.751	40.996
Comissão	(20.572)	(16.712)
Sinistros	2.988	-
Total não circulante	32.167	24.284
Total circulante e não circulante	123.263	97.819

15. Provisão técnica de seguros e resseguros

	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Garantia de operações						
Provisões de prêmios não ganhos	290.178	248.396	(142.774)	(124.751)	147.404	123.645
Sinistro a liquidar - administrativo	5.550	301	(5.319)	(180)	231	121
Sinistro a liquidar - judicial	29.996	8.636	(17.215)	(7.136)	12.781	1.500
Sinistros ocorridos, mas não avisados	5.516	1.968	(3.575)	(910)	1.941	1.058
Provisões de despesas relacionadas	1.233	1.151	(1.081)	(1.002)	152	149
Total	332.473	260.452	(169.964)	(133.979)	162.509	126.473
Fiança Locatícia						
Provisões de prêmios não ganhos	547	399	(183)	(138)	364	261
Sinistro a liquidar - administrativo	-	-	-	-	-	-
Sinistro a liquidar - judicial	-	-	-	-	-	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	35	25	(19)	(8)	16	17
Provisões de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	-
Total	582	424	(202)	(146)	380	278
Riscos de engenharia						
Provisões de prêmios não ganhos	29.611	26.505	(25.157)	(22.052)	4.454	4.453
Sinistro a liquidar - administrativo	811	6.755	(758)	(6.741)	53	14
Sinistro a liquidar - judicial	90	36	(78)	(25)	12	11
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.518	1.472	(1.327)	(1.198)	191	274
Provisões de despesas relacionadas	9	4	(8)	(2)	1	2
Total	32.039	34.772	(27.328)	(30.018)	4.711	4.754

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
DPVAT						
Sinistros a liquidar - administrativo	2.202		-	-	2.202	2.481
Sinistro a liquidar - judicial	11.666	10.777	-	-	11.666	10.777
Sinistros ocorridos, mas não avisados	61.139	52.249	-	-	61.139	52.249
Provisões de despesas relacionadas	599	506	-	-	599	506
Total	75.606	66.013	-	-	75.606	66.013
Riscos de petróleo						
Provisões de prêmios não ganhos	25.038	48.598	(21.920)	(45.421)	3.118	3.177
Sinistro a liquidar - administrativo	35.910	719	(35.793)	(616)	117	103
Sinistros ocorridos, mas não avisados	7.890	8.792	(7.515)	(8.368)	375	424
Total	68.838	58.109	(65.228)	(54.405)	3.610	3.704
Riscos marítimos - cascos						
Provisões de prêmios não ganhos	5.326	3.838	(4.106)	(2.693)	1.220	1.145
Sinistro a liquidar - administrativo	2.583	450	(2.581)	(443)	2	7
Sinistros ocorridos, mas não avisados	260	359	(186)	(268)	74	91
Provisões de despesas relacionadas	22	-	(22)	-	-	-
Total	8.191	4.647	(6.895)	(3.404)	1.296	1.243
Riscos diversos						
Provisões de prêmios não ganhos	37	557	(7)	(106)	30	451
Sinistro a liquidar - administrativo	24	118	(8)	(38)	16	80
Sinistros ocorridos, mas não avisados	54	96	(17)	(31)	37	65
Total	115	771	(32)	(175)	83	596
Responsabilidade civil geral						
Provisões de prêmios não ganhos	645	548	(443)	(363)	202	185
Sinistros ocorridos, mas não avisados	7	20	(5)	(10)	2	10
Total	652	568	(448)	(373)	204	195
Total circulante	287.432	237.698	(154.478)	(124.179)	132.954	113.519
Total não circulante	231.064	188.058	(115.619)	(98.321)	115.445	89.737
Total geral	518.496	425.756	(270.097)	(222.500)	248.399	203.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Desenvolvimento das provisões de prêmios não ganhos	30 de junho de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	328.841	(195.524)	133.317	270.693	(164.029)	106.664
Prêmios emitidos no período	144.017	(87.768)	56.249	271.436	(189.054)	82.382
Prêmio ganho no período	(123.171)	90.114	(33.057)	(203.021)	149.789	(53.232)
Ganho variação cambial	1.695	(1.412)	283	(10.267)	7.770	(2.497)
Final do período	351.382	(194.590)	156.792	328.841	(195.524)	133.317

Desenvolvimento das provisões de sinistro	30 de junho de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	30.902	(26.976)	3.926	140.931	(138.136)	2.795
Indenizações avisadas	66.852	(65.952)	900	(44.268)	21.261	(23.007)
Despesas com sinistro	603	(462)	141	2.527	(1.789)	738
Recuperação de indenização	(1.309)	12.301	10.992	24.319	-	24.319
Recuperação de despesa	(6)	-	(6)	(424)	-	(424)
Variação de sinistro ocorrido, mas não avisado	2.548	(1.851)	697	2.565	(1.553)	1.012
Sinistros pagos no período	(9.583)	9.065	(518)	(81.876)	81.911	35
Despesas relacionadas pagas	(576)	435	(141)	(1.551)	989	(562)
Recuperação de despesa relacionada	5	-	5	424	-	424
Variação cambial	1.381	(1.377)	4	(13.454)	12.048	(1.406)
Atualização monetária	691	(690)	1	1.709	(1.707)	2
Final do período	91.508	(75.507)	16.001	30.902	(26.976)	3.926

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	12.732	(10.793)	1.939	10.167	(9.240)	927
Movimentação	2.548	(1.851)	697	2.565	(1.553)	1.012
Final do exercício	15.280	(12.644)	2.636	12.732	(10.793)	1.939
Movimentação da provisão de PDR	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	1.155	(1.004)	151	3	(2)	1
Movimento	109	(107)	2	1.152	(1.002)	150
Final do período	1.264	(1.111)	153	1.155	(1.004)	151
Movimentação da provisão de PSL	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	17.015	(15.179)	1.836	130.761	(128.894)	1.867
Movimento	57.949	(46.573)	11.376	(113.746)	113.715	(31)
Final do período	74.964	(61.752)	13.212	17.015	(15.179)	1.836

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Conciliação das provisões	30 de junho de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Provisão de sinistros a liquidar	74.964	(61.752)	13.212	17.015	(15.179)	1.836
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	15.280	(12.644)	2.636	12.732	(10.793)	1.939
Provisões de despesas relacionadas	1.264	(1.111)	153	1.155	(1.004)	151
Provisão total de sinistros	91.508	(75.507)	16.001	30.902	(26.976)	3.926
Provisão de prêmios não ganhos	351.382	(194.590)	156.792	328.841	(195.524)	133.317
Total geral	442.890	(270.097)	172.793	359.743	(222.500)	137.243

16. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros apresentado nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois as informações demonstradas do DPVAT são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Tabela de desenvolvimento de sinistro a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

Ano de aviso	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sinistros avisados							
No final de ano de aviso	-	1.051	20.905	712	131.006	4.441	29.593
01 ano depois	-	1.648	20.702	618	94.695	37.838	-
02 anos depois	-	1.831	20.735	612	97.248	-	-
03 anos depois	-	1.805	20.735	612	-	-	-
04 anos depois	-	1.810	20.735	-	-	-	-
05 anos depois	-	1.810	-	-	-	-	-
Correção monetária judicial	-	2	-	-	602	6	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	1.283	98
Total de sinistros avisados	-	1.812	20.735	612	97.850	39.127	29.691
Falta acumulada	-	762	(170)	(100)	(33.157)	34.686	-
Falta acumulada	-	73%	(1%)	(14%)	(25%)	781%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Ano de aviso	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pagamentos efetuados							
No final de ano de aviso	-	411	8.518	30	686	2.083	784
01 ano depois	-	1.264	19.699	208	80.376	2.672	-
02 anos depois	-	1.774	20.735	312	88.586	-	-
03 anos depois	-	1.774	20.735	312	-	-	-
05 anos depois	-	1.774	20.735	-	-	-	-
04 anos depois	-	1.774	-	-	-	-	-
Total de pagamentos	-	1.774	20.735	312	88.586	2.672	784
Provisão de sinistros a liquidar	-	639	12.771	1.742	130.761	17.015	74.964
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	-	1.072	8.009	5.461	10.167	12.732	15.280
Total de passivo	-	1.711	20.780	7.203	140.928	29.747	90.244

Tabela de desenvolvimento de sinistro a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

Ano de aviso	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sinistros avisados							
No final de ano de aviso	-	735	19.445	513	128.832	3.089	17.776
01 ano depois	-	1.154	19.494	384	93.942	36.411	-
02 anos depois	-	1.282	19.518	378	96.494	-	-
03 anos depois	-	1.263	19.518	378	-	-	-
04 anos depois	-	1.267	19.518	-	-	-	-
05 anos depois	-	1.267	-	-	-	-	-
Correção monetária judicial	-	1	-	-	602	6	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	1.280	98
Total de sinistros avisados	-	1.268	19.518	378	97.096	37.697	17.874
Falta acumulada	-	533	72	(135)	(31.736)	34.609	-
Falta acumulada	-	73%	-	(26%)	(25%)	1.121%	-
Pagamentos efetuados							
No final de ano de aviso	-	288	7.585	23	249	907	417
01 ano depois	-	885	18.552	95	81.150	1.370	-
02 anos depois	-	1.242	19.518	198	89.336	-	-
03 anos depois	-	1.242	19.518	198	-	-	-
04 anos depois	-	1.242	19.518	-	-	-	-
05 anos depois	-	1.242	-	-	-	-	-
Total de pagamentos	-	1.242	19.518	198	89.336	1.370	417
Provisão de sinistros a liquidar	-	447	12.129	1.472	128.894	15.179	61.752
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	-	646	7.039	4.416	9.240	10.793	12.644
Total do ativo	-	1.093	19.168	5.888	138.134	25.972	74.396

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Evolução de sinistros administrativos		
Até 01 ano	2.202	2.481
Provisão de sinistro a liquidar administrativo	2.202	2.481
Evolução de sinistros judiciais		
Até 01 ano	3.959	4.111
De 01 a 02 anos	2.554	2.173
De 02 a 03 anos	1.658	1.402
De 03 a 04 anos	1.009	846
De 04 a 05 anos	583	582
Superior a 05 anos	1.903	1.663
Provisão de sinistro a liquidar judicial	11.666	10.777
Total provisão de sinistro a liquidar	13.868	13.258
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	61.139	52.249

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é representado por 53.941.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição em espécie, com emissão de novas ações, no montante de R\$2.812 com a emissão de 1.634.774 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,72 (em reais) por ação, com base no preço de unitário de emissão. Assim, o capital social de R\$41.548 aumentou para R\$44.360, e o número de ações de 42.470.190 para 44.104.964 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 1.339, de 15 de abril de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.998 e a subscrição em espécie no montante de R\$14.479, com emissão de novas ações, no montante de R\$19.477 com a emissão de 9.837.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,98. Assim, o capital social de R\$44.360 aumentou para R\$63.837, e o número de ações de 44.104.964 para 53.941.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 285, de 22 de março de 2017.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e na Assembleia Geral Extraordinária, ocorridas em 31 de março e 30 de junho do ano corrente, respectivamente, foram deliberados juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 3.964.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - (PLA), margem de solvência e exigência de capital

	30/06/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	119.031	112.200
Intangível	(2.672)	(2.448)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	1.005	924
Patrimônio líquido ajustado - PLA	117.364	110.676
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição (CRsubs)	20.332	12.692
Capital adicional de risco operacional (CROper)	2.126	1.746
Capital adicional de risco de crédito (CRcred)	8.378	8.202
Capital adicional de risco de mercado (CRMerc)	3.015	2.620
Benefício da diversificação	(5.148)	(4.365)
Capital de risco - CR (b)	28.703	20.895
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	28.703	20.895
Patrimônio líquido ajustado	117.364	110.676
(-) Exigência de capital - EC	28.703	20.895
Suficiência de capital - R\$	88.661	89.781
Suficiência de capital (% da EC)	309%	430%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2017 e 2016, estão reconciliados, como se segue:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	18.885	18.885	13.209	13.209
Participações estatutárias no lucro	(2.024)	(2.024)	(1.352)	(1.352)
Juros sobre o capital	(3.964)	(3.964)	(2.868)	(2.868)
Base de cálculo	12.897	12.897	8.989	8.989
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(3.224)	(2.579)	(2.247)	(1.798)
Outras (Adições)/exclusões permanentes	(7)	(5)	(7)	(6)
Varição cambial	328	263	(1.589)	(1.271)
Ajuste a valor de mercado	(77)	(62)	430	344
Outras provisões	158	126	3	2
(Adições)/exclusões temporárias no cálculo da tributação	409	327	(1.156)	(925)
Deduções fiscais	39	-	16	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.783)	(2.257)	(3.394)	(2.729)
(Despesa)/receita de tributos diferidos	(409)	(363)	1.156	925
Total de receita/(despesa)	(3.192)	(2.620)	(2.238)	(1.804)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de apólices de seguros e contratos de resseguros, cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e resultado com resseguro.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia possui passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte a pagar aos acionistas de R\$3.369.

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$682 (R\$707 em 30 de junho de 2016). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas:	Ativo		Passivo		Receitas / (despesas)	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016
Inbrands S.A.	-	-	3	-	(3)	116
BK Brasil Operação e Ass. de Restaurante S.A.	-	1	-	-	33	31
Companhia de Marcas	-	283	341	-	(341)	-
Unidas S.A.	-	-	-	-	55	55
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	-	-	281	115	(165)	529
CHL Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	-	-	-	-	1
CHL CXLIX Incorporações Ltda.	-	-	-	-	(4)	(8)
GDP 1 Incorporações Ltda.	-	-	170	-	(170)	-
Fundo de Investimento Imobiliário RM Leblon	-	-	71	71	(604)	(359)
Braquiara Empreendimentos	-	-	37	37	(222)	(188)
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	26	19	(152)	(154)
Austral Participações S.A.	-	-	3.369	-	(3.964)	(2.868)
Austral Resseguradora S.A.	29.382	12.548	33.793	34.802	(3.220)	(11.217)
Administradores	-	-	-	-	(682)	(707)
Total	29.382	12.832	38.091	35.044	(9.439)	(14.769)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

20. Ramos de atuação

Os ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2017 e 2016 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade % - (a)		Índice de comercialização % - (b)	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Garantia	55.461	40.807	54,16	5,32	15,91	16,34
Fiança locatícia	289	336	151,4	3,82	22,02	20,16
Riscos de engenharia	11.465	11.915	21,23	28,53	7,17	7,86
Riscos de petróleo	51.635	31.847	65,27	(0,79)	1,16	(0,13)
Cascos marítimos	3.645	1.963	53,73	33,56	13,66	9,96
Riscos diversos	510	1.181	24,85	60,71	16,34	33,80
Responsabilidade civil geral	167	147	(7,82)	3,92	11,46	15,88
DPVAT	16.448	23.303	85,67	86,34	1,20	1,42
	139.62	111.49				
Total de prêmios ganhos	0	9				

(a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / (Prêmio emitido líquido - variação da provisão de prêmios não ganhos).

(b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/prêmio ganho.

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção %		Percentual ressegurado %	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Garantia	89.642	37.855	(41.945)	(16.105)	47.697	21.750	53,21	57,46	46,79	42,54
Fiança locatícia	430	420	(256)	(136)	174	284	67,91	67,62	32,09	32,38
Responsabilidade civil geral	49	212	(22)	(98)	27	114	54,66	53,77	45,34	46,23
Riscos de engenharia	744	3.358	(456)	(1.740)	288	1.618	38,73	48,18	61,27	51,82
Riscos de petróleo	24.571	36.355	(22.786)	(33.888)	1.785	2.467	7,26	6,79	92,74	93,21
Riscos diversos	(1)	1.219	-	(218)	(1)	1.001	100,00	82,12	-	17,88
Lucros cessantes	-	2.526	-	(2.155)	-	371	-	14,69	-	85,31
Riscos nomeados operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marítimos - cascos	1.270	4.762	(1.024)	(3.874)	246	888	19,41	18,65	80,59	81,35
DPVAT	16.749	23.639	-	-	16.749	23.639	100,00	100,00	-	-
Total	133.454	110.346	(66.489)	(58.214)	66.965	52.132	50,18	47,24	49,82	52,76

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

20. Ramos de atuação--Continuação

Ramos	Prêmio emitido cosseguo aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguo (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção %		Percentual ressegurado %	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Garantia	3.649	2.493	(1.645)	(1.016)	2.004	1.477	54,92	59,25	45,08	40,75
Responsabilidade civil geral	-	6	-	(3)	-	3	-	50,00	-	50,00
Riscos de engenharia	903	851	(865)	(616)	38	235	4,21	27,61	95,79	72,39
Riscos de petróleo	72	-	(35)	-	37	232	51,04	-	48,61	-
Lucros cessantes	3.206	2.724	(3.002)	(2.492)	204	914	6,36	8,52	93,64	91,48
Riscos nomeados operacionais	9.264	7.339	(8.270)	(6.425)	994	-	10,73	12,45	89,27	87,55
Marítimos - cascos	1.472	456	(1.262)	(354)	210	102	14,21	22,37	85,79	77,63
Total	18.566	13.869	(15.079)	(10.906)	3.487	2.963	18,78	21,36	81,22	78,64

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro de RVNE		Cosseguo (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção %		Percentual ressegurado %	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Garantia	3.646	(1.356)	(2.332)	174	1.314	(1.182)	36,05	87,24	63,95	12,76
Fiança locatícia	7	(1)	(3)	(1)	4	(2)	57,14	200,00	42,86	(100,00)
Responsabilidade civil geral	215	(5)	(153)	1	62	(4)	28,84	80,00	71,16	20,00
Riscos de engenharia	626	1.298	(510)	(1.391)	116	(93)	18,53	(7,16)	81,47	107,16
Riscos de petróleo	2.413	(13.863)	(1.777)	12.402	636	(1.461)	26,36	10,54	73,64	89,46
Riscos diversos	(49)	(121)	15	8	(34)	(113)	69,39	93,39	30,61	6,61
Lucros cessantes	348	42	(269)	(38)	79	4	22,70	9,52	77,30	90,48
Riscos nomeados operacionais	(670)	1.291	576	(1.047)	(94)	244	14,03	18,90	85,97	81,10
Marítimos - cascos	2.209	(6.094)	(1.747)	5.363	462	(731)	20,91	12,01	79,09	87,99
Total	8.745	(18.809)	(6.200)	15.471	2.545	(3.338)	29,10	17,75	70,90	82,25
Total geral	160.765	105.404	(87.768)	(53.649)	72.997	51.755	45,41	49,10	54,59	50,90

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2017	30/06/2016
Resseguradora local	(49.830)	(31.952)
Resseguradora admitida	(37.422)	(20.658)
Resseguradora eventual	(516)	(1.039)
Total	(87.768)	(53.649)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Seguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de vesting, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de vesting, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de vesting, dependendo do beneficiário, sendo a última data de vesting em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de vesting, sendo a última data de vesting em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo

foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Quantidade de opções
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2016	10.924.986
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2016	7.626.930
Totalidade de opções expiradas/extintas	50.404
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2017	10.874.582
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2017	7.626.930

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.874.582 opções em aberto representam uma diluição de até 4,49% sobre um total de 231.242.145 ações da Austral Participações. Nenhuma opção foi exercida até 30 de junho de 2017.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Seguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2017 no montante de R\$1.879 (R\$1.754 em 31 de dezembro de 2016).

22. Detalhamento de contas de resultado

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
a) <u>Prêmios</u>		
Prêmios emitidos direto	117.087	87.565
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	18.566	13.869
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(381)	(858)
Prêmio emitido DPVAT	16.749	23.639
Prêmio riscos vigentes não emitidos	8.745	6.093
Variação das provisões técnicas	(21.146)	(18.809)
Prêmios ganhos	139.620	111.499
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações diretas	(66.852)	(4.266)
Indenizações DPVAT	(7.209)	(6.709)
Despesas diretas	(603)	(1.461)
Despesas DPVAT	(2.964)	(2.992)
Recuperação de sinistro	1.315	160
Salvados e ressarcimentos	-	47
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	(2.548)	(1.169)
Sinistros ocorridos, mas não avisados DPVAT	(3.918)	(10.420)
Total	(82.779)	(26.810)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	30/06/2017	30/06/2016
c) <u>Custo de aquisição</u>		
Comissões sobre prêmios emitidos	(16.566)	(10.743)
Recuperação de comissão de cosseguro	38	210
Varição despesa de comercialização diferida	5.337	2.353
Outros custos de aquisição	83	(400)
Total	(11.108)	(8.580)
d) <u>Resultado com resseguro</u>		
Recuperação de indenização	62.963	4.355
Recuperação de despesas com indenização	463	-
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	1.851	1.036
Prêmio cedido em resseguro	(87.768)	(53.649)
Repasse de salvados e ressarcimento	-	(33)
Provisão de prêmio não ganho	(2.346)	(10.118)
Total	(24.837)	(58.409)
e) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas		
Recuperação receitas resseguro	547	20
Recuperação custo bilhete DPVAT	28	42
Outras despesas		
Tarifa bancária	(17)	(14)
Tarifa bancária DPVAT	(1.405)	(1.329)
Inspeção de risco	(48)	(37)
Despesas com emissão de apólice	-	2
Outras despesas DPVAT	(362)	(490)
Outras	(638)	(5)
Total	(1.895)	(1.811)
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(4.482)	(4.433)
Despesas com localização e funcionamento	(1.668)	(1.454)
Despesas com serviços de terceiro	(726)	(629)
Despesas com depreciação e amortização	(659)	(605)
Despesa administrativa DPVAT	(1.197)	(810)
Outras	(192)	(147)
Total	(8.924)	(8.078)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de junho de 2017

(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	30/06/2017	30/06/2016
g) <u>Despesas com tributos</u>		
Despesas com COFINS	(1.410)	(2.208)
Despesas com PIS	(228)	(377)
Taxa de fiscalização	(282)	(207)
Outras	(124)	(111)
Total	(2.044)	(2.903)
h) <u>Resultado financeiro</u>		
Receitas		
Títulos para negociação DPVAT	3.889	3.661
Títulos para negociação	8.774	7.460
Títulos disponíveis para venda	1.435	2.476
Com operações de seguros	3.090	63.805
Valorização cambial do disponível	1.074	1.660
Outras receitas	296	136
Despesas		
Títulos para negociação DPVAT	(3.889)	(3.661)
Títulos para negociação	(677)	(1.134)
Títulos disponíveis para venda	(383)	(100)
Com operações de seguros	(2.650)	(58.929)
Encargos com obrigações	(2)	-
Desvalorização cambial do disponível	(1.124)	(8.466)
Outras despesas	(21)	(11)
Total	9.812	6.897

23. Responsáveis

Conselheiros:

Gilberto Sayão da Silva
Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Diretor presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Petrônio Duarte Cançado

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis--Continuação

Gerente de contabilidade:

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ 078.781/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2029